



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO  
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

**Dados Básicos**

Foro:	Novo Oriente
Processo:	00012582820198060134
Classe do Processo:	Embargos de Declaração Cível
Data/Hora:	10/02/2022 13:32:46

**Partes**

Embargante:	SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
-------------	---

**Documentos**

Petição:	2628052_EMBARGO_DECLA RACAO_SENTENCA_1A_IN ST_01 - 1-2.pdf
----------	--



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVO ORIENTE/CE**

**Processo n.º 00012582820198060134**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Ante os fundamentos a seguir:

**DO ERRO MATERIAL**

Sem adentrar ao mérito da decisão, informa a V. Exa. que constou na parte dispositiva desta o seguinte:

Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a pretensão autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para condenar a ré a pagar à parte autora o valor final de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), quantia que deverá ser corrigida monetariamente pelo INPC a partir da data do acidente (29/06/2017), até o efetivo pagamento, acrescida de juros moratórios, calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

Ocorre a d. decisão não pode prosperar, eis que considerando os termos do d. *decisum*, fica inteligível que na verdade pretendia o julgador, tendo em vista que constou como marco inicial para a contagem da correção monetária a data de 29/06/2017, quando na verdade o sinistro ocorreu em 05/05/2018.

Assim, *data vênia*, esta parte da decisão, nestes termos, restou conflitante com a cadeia de raciocínio expressada, fazendo crer que apenas por falha material constou data equivocada, ensejando, portanto, que possam ser admitidos como pertinentes e oportunos os presentes embargos de declaração.

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera destarte, se digne Vossa Excelência de receber os presentes Embargos de Declaração, deles conhecendo, para afinal, julgando-os procedentes, corrigir o erro material se assim o entender, ou, explicitar sobre os fundamentos expendidos, aclarando o julgado.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NOVO ORIENTE, 9 de fevereiro de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**